

Primeiro acerto plurianual após sete anos de negociação

O acordo da dívida externa está sendo considerado por alguns analistas como um dos melhores já feitos, enquanto outros apontam desvantagens. Primeiro, depois de sete anos de negociação, esta é a primeira vez que o Brasil faz um acordo plurianual, ou seja, que abrange os débitos relativos ao período de 1987 a 1993. Segundo, este total (US\$ 63,6 bilhões) vai ser reescalonado por 20 anos, com oito de carência, período em que o Brasil pagará apenas os juros. Terceiro, os spreads (taxa de risco) são bem inferiores aos obtidos anteriormente pelo País, iguais aos do México e menores do que os da Argentina.

Além disso, o acordo inclui algumas novidades positivas no que diz respeito ao que já foi realizado anteriormente com o Brasil, mas que são coerentes com as bases do acordo mexicanos. Entre elas as cláusulas de salvaguardas, ou seja, que facultam ao País a possibilidade de solicitar consultas aos bancos para possíveis mudanças do acordo em casos de oscilações bruscas de fatores financeiros externos.

Outra novidade são os bônus de

AS VANTAGENS

- normalização das relações com os credores, aumentando as chances de sucesso das negociações com o Clube de Paris, em setembro
- prorrogação por dois anos e meio das linhas de curto prazo (US\$ 15 bilhões)
- redução dos spreads (taxas de risco)
- maiores prazos com reescalonamento da dívida vencida e a vencer entre 1987 e 1993 por um período de 20 anos com 8 anos de carência

DESVANTAGENS

- falta de definição do volume de investimentos externos diretos no País
- necessidade de manutenção de superávits comerciais altos
- o volume de recursos novos será utilizado como pagamento aos bancos por conta dos juros
- os US\$ 5,2 bilhões de dinheiro novo podem ser utilizados para conversão da dívida sem passar pelos leilões oficiais e sem deságio, o que poderá afetar o resultado dos próximos leilões.

saída (exit-bonds) até US\$ 15 milhões por banco, item também defendido pelos ex-Ministros da Fazenda Dilson Funaro e Bresser Pereira. Se todos os bancos optarem por este instrumento, o que dificilmente acontecerá, cerca de 400 instituições poderão se retirar da dívida brasileira. O acordo também contém os waivers (perdões) necessários para que o País possa emitir novos instrumentos de securitização para se apro-

priar do desconto no mercado secundário.

Mas também há pontos considerados negativos. Os US\$ 5,8 bilhões de "dinheiro novo" que o Brasil conseguiu incluem apenas o refinanciamento de parte dos juros relativos a 1987 e ao primeiro semestre deste ano. A partir de julho, portanto, o Governo terá que arcar com o pagamento dos juros, usando para isso os superávits da balança comercial.